

A MULHER E O PAPEL DE DONA-DE-CASA: REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS*

José Reginaldo Prandi

(Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

I. — INTRODUÇÃO, OBJETIVO, PROCEDIMENTO

Não há provavelmente na sociedade capitalista papel mais contraditório de que o de dona-de-casa(1). Este papel, contudo, não pode ser entendido como um conjunto determinado e homogêneo de atividades que se repetiriam ao longo de todos os segmentos sociais, uma vez que ele assume os aspectos mais diferenciados, tanto em termos de sua definição enquanto conjunto de tarefas, como em termos de imagens e estereótipos a ele associados. Entretanto, seu aspecto contraditório vem do fato de que os papéis de dona-de-casa só podem ser definidos a partir das unidades familiares que por sua vez se reproduzem no interior de diferentes classes sociais. Assim, existe forte tendência no sentido deste papel reproduzir no domínio da vida familiar as formas de exploração e dominação em que a família, como unidade, está socialmente posta. Tudo isso, evidentemente, depende da forma como cada família está organizada em função da estrutura das classes sociais. Se historicamente a família mudou de unidade de produção para unidade de consumo, sempre permaneceu e mesmo se ampliou todo um conjunto de produção de serviços domésticos, os quais vão desde as atividades mais simples e de rotina manual — arrumar a cama e lavar a louça usada, por exemplo —, até outras igualmente rotineiras, po-

(*) — Trabalho realizado em colaboração com Mirtes Moreira, Rosa Maria Shimabukuro, Roseli Aparecida Dautério, Sandra Lúcia Abramo, Sandra Mara Quitanilha, Sérgio Chichorro, Silvana Barbosa Rubino, Sônia Amadeu, Sônia Mindlin, Valter Carvalho, Vânia Maria Marques e Vera Lúcia Brandimarte, meus alunos da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa Social I, do Curso de Ciências Sociais da USP, no segundo semestre de 1980. O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla realizada pela equipe como atividade de treinamento em técnicas qualitativas e que tratou de papéis e estereótipos femininos de três grupos, em que se tomaram como referência: a) o trabalho (donas-de-casa e operárias), b) participação social (políticas e líderes feministas) e c) estigmas sociais (prostitutas e lésbicas). Como coordenador, reservo-me a responsabilidade por erros e imprecisões contidos neste artigo.

rém intelectualmente mais elaboradas — gerência daqueles serviços. E mais, qualquer que tenha sido a direção das mudanças verificadas, não se retirou da mulher este papel, conquanto, em muitas situações ela tenha assumido outras atividades antes exclusivamente masculinas. Em outras palavras, redefinições nos papéis sexuais no interior da família em função do mercado de trabalho fizeram, especialmente nas classes trabalhadoras, com que a mulher acumulasse com o papel de dona-de-casa o de provedor (2).

Certamente, um dos problemas mais sérios dos muitos movimentos de libertação da mulher, hoje, está no fato de que eles próprios guardam no seu interior muito dos interesses de classe. Na medida em que o trabalho doméstico representa um dos componentes que sustentam a exploração do trabalho não doméstico, e na medida em que a organização familiar se garante por práticas e valores capazes de assegurar ao capital a oferta de trabalhadores com certas qualidades não apenas “físicas”, mas também “psicológicas” (3), não se pode esperar encontrar no papel de dona-de-casa qualquer isenção ideológica que fuja de determinação mais gerais. É claro que isto não impede a tentativa constante por parte de agências ideológicas de dominação no sentido de “universalizar” os modelos ideais para os papéis femininos, fazendo de conta que “modernizar” significa transformar (4).

Pretendemos oferecer neste artigo alguns dados a respeito do papel de dona-de-casa, não no que diz respeito a dimensões objetivas que tratam das práticas cotidianas tal como concretamente se dão, mas de seus aspectos mais subjetivos, na medida em que nos interessa conhecer *como* o papel de dona-de-casa é pensado pela mulher e como é que ele se apresenta organizado em estereótipos entre mulheres de diferentes classes sociais. Tratando-se de pesquisa exploratória, a principal preocupação foi a busca de um padrão de resposta que nos permitisse responder o que significaria para a mulher “ser dona-de-casa”.

Sabemos através de outras pesquisas que o serviço doméstico não remunerado é valorizado, aceito ou rejeitado pela mulher na medida em que esta atividade é contraposta ao trabalho remunerado (5), e também que sua maior ou menor aceitação depende do ciclo vital da família (6). Igualmente, entre mulheres de classes diferentes, não é somente a expectativa da mulher diante do papel que se diferencia, mas também a própria idéia que a mulher tem do papel e do conjunto de atividades típicas que ele encerra na vida cotidiana. Neste sentido, por exemplo, “levar todos os dias o filho pequeno à escola e buscá-lo após a aula” pode chegar a ser um conteúdo de definição do papel que se coloca no conjunto dos mais importantes entre algumas mulheres de determinada classe social, enquanto para mulheres de outras classes esta atividade sequer chega a ser pensa-

da (e realizada), mesmo que tenha filhos na escola, não se incorporando, portanto, como atividade que objetivamente define "ser dona-de-casa".

A pesquisa foi planejada de tal maneira que fosse possível obter um relato a respeito daquilo que a mulher acredita constituir o papel, com o mínimo possível de direcionamento por parte do entrevistador. De modo geral, perguntava-se simplesmente "o que é uma dona-de-casa". Interferências no discurso através de perguntas como "por que?" e "como" deveriam ser evitadas ao máximo. Em situações nas quais a entrevistada tinha dificuldade para iniciar o relato, respondendo, por exemplo, "não sei . . ." podia-se sugerir à mulher que imaginasse uma situação de dona-de-casa.

As possíveis entrevistadas deveriam todas ser residentes em São Paulo, mães-de-família, tendo tido pelo menos um filho. Não estabelecemos nenhum critério estatístico ou qualitativamente rígido para a definição de classe social. Entretanto, para evitar o vício de classificar as mulheres a partir de suas respostas — uma vez que não podemos fugir inteiramente de nossos próprios estereótipos —, a classificação da mulher quanto à classe social deveria ser feita antes da entrevista. O ideal seria trabalhar com mulheres do proletariado e baixo proletariado, de classe média e da burguesia. Decidiu-se que usaríamos critérios diferentes para definir cada grupo. Assim, usou-se ora o bairro de residência, ora a ocupação do marido, e mesmo critério inteiramente subjetivos. É evidente que, em se tratando de investigação alheia a qualquer movimento de classes, não chegaríamos nunca a um critério inteiramente adequado. Por sua vez, o uso de critérios rígidos de estratificação social, a partir de indicadores como renda, escolaridade, etc., nos pareceu indesejáveis. Como o número de entrevistas seria pequeno e como as entrevistas seriam feitas pelos autores do projeto, preferimos optar por critérios razoavelmente elásticos, deste que contidos nos limites do consenso a que chegamos através das discussões preparatórias. Em suma, se tivéssemos que identificar o critério de classificação, poderíamos dizer que as mulheres do proletariado ou baixo proletariado são mães-de-família residentes na periferia de São Paulo, casadas com trabalhadores assalariados de ocupação manual, moradoras de favelas, de famílias de trabalhadores por conta própria de baixa renda, etc. As mulheres de classe média foram selecionadas preferencialmente através da ocupação do marido, ou dela própria, supondo, *grosso modo*, qualificação minimamente intelectual e variando de bancário a médico. A burguesia está representada por mulheres de empresários ou altos dirigentes, ou, na ausência do cônjuge, por características familiares correlatas.

Foram incluídas na amostra mulheres que participavam e não participavam da força de trabalho, desde que se auto-identificassem como

mães-de-família, ou seja, mulheres que, se supõe, apresentam um mínimo de experiência nas atividades básicas frente à organização familiar. À presença ou não do cônjuge pouca importância se atribuiu, uma vez que a própria definição de mãe-de-família por nós usada para delimitar o universo da pesquisa garantiria um nível mínimo de experiência de vida da entrevistada como dona-de-casa. Não importa qual a referência que a mulher usa ao elaborar sua representação do papel, contanto que ela o tenha desempenhado minimamente. A exigência de estar criando ou ter criado pelo menos um filho nos pareceu suficiente para dar conta deste requisito.

Vale chamar a atenção para o fato de que, neste artigo, não há correspondência necessária entre trabalho doméstico e o papel de dona-de-casa. Algumas entrevistadas são donas-de-casa, trabalham em sua própria casa e também o fazem de forma remunerada a serviço de outras donas-de-casa. Igualmente, outras se valem de empregadas domésticas para o desempenho de seu próprio papel de dona-de-casa.

Pode-se acrescentar que a unidade elementar da pesquisa é o grupo familiar, de diferentes classes sociais, no qual a mulher que ocupa o papel em torno do qual o serviço doméstico está organizado passa a ser o ator privilegiado para a investigação. Permite-se, por essa via, reconstituir, no interior da família de classes sociais distintas, os contornos ideológicos que definem as diferentes formas da divisão sexual do trabalho familiar. Aceitamos, como hipótese, a correspondência entre o papel de dona-de-casa e os papéis mais diretamente associados ao trabalho remunerado não doméstico naquilo que eles guardam em comum no interior de segmentos sociais diferenciados em função do próprio trabalho remunerado, ou seja, à posição de classe da família deve corresponder uma específica representação do papel de dona-de-casa.

O problema de diferença de gerações foi colocado a partir de dois pontos de vista básicos. Primeiro, no processo de socialização, gerações diferentes são submetidas a padrões axiológicos modificados socialmente. Segundo, mulheres mais velhas necessariamente teriam passado por experiências mais completas no que diz respeito ao ciclo vital de família. Optamos por trabalhar com um grupo de mulheres mais jovens, com idades variando entre 20 e 30 anos e outro de mulheres mais velhas, na faixa de 40 a 50 anos.

Deste modo, planejou-se entrevistar seis grupos de mulheres, resultantes do cruzamento entre classe e idade. Estabelecemos 12 entrevistas para cada combinação. Chegamos finalmente ao total de 62 entrevistas, estando sub-representadas as mulheres burguesas mais jovens. A pesquisa, do planejamento à execução, foi realizado de agosto a dezembro de

1980. Para a análise do material coletado, cada entrevista foi decodificada, identificando-se três diferentes dimensões: 1) os conteúdos de definição, ou seja, palavras, expressões e frases que descrevem as atividades a partir das quais a mulher compõe o estereótipo da dona-de-casa; 2) os conteúdos de valorização e legitimação, a partir do qual a mulher explica a condição do trabalho doméstico; e 3) a rejeição e a aceitação que a mulher estabelece com o papel.

II — RESULTADOS

A análise das entrevistas coletadas mostrou que não existe um padrão único na concepção do que seria uma dona-de-casa. Entretanto, diferentes padrões do estereótipo vão surgindo à medida que se passa de um grupo para outro, cada um deles tendendo a apresentar contornos razoavelmente bem definidos. Podemos encontrar, assim, desde a aceitação plena do papel — conquanto varie a composição interna do estereótipo — até sua total rejeição. Basicamente, podemos afirmar a existência de certas linhas que delimitam a concepção do papel em cada diferente classe social, tendendo-se à rejeição nos grupos de mulheres mais jovens. Tendo encontrado um maior grau de rejeição do papel de dona-de-casa entre as mulheres de classe média — aliás, rejeição expressa através de conflitos vários —, tomamos este grupo como referência, iniciando a exposição por ele, para, a partir daí estabelecer as comparações que ilustram a especificidade dos diferentes padrões consoantes às outras classes. Para cada classe social se tratará primeiro das mulheres mais velhas e depois das mais jovens.

MULHERES DE CLASSE MÉDIA

É no grupo das mulheres de classe média, de idade entre 40 e 50 anos, que o papel de dona-de-casa melhor aparece na fronteira entre a rejeição e a aceitação resignada. Os conteúdos definidores se expressam ora por meio da descrição de atividades tradicionalmente identificadas pela divisão sexual dos papéis na vida doméstica (lavar, limpar, cozinhar, costurar, cuidar dos filhos, cuidar do marido, etc.), ora através de adjetivações que permitem verificar a própria maneira como essa divisão é vivenciada. Assim, de modo geral, o papel de dona-de-casa fica associada a uma implícita forma de submissão e inferiorização dessa mulher diante da figura masculina. À medida que as definições são expressas, a aceitação do papel tende a transmitir quase que um fatalismo sobre o qual a mulher derrama uma série de lamentações e lamúrias ou — em situações opostas ou concomitantes — um certo halo de heroicidade. Nestes termos, é na definição deste estereótipo feminino que a mulher expressa a maior carga de definições e valores contrários entre si, capazes de identificar, como numa forma alternada de lamentações de sua condição social ou de enaltecimento de sua figura no funcionamento do lar, o domí-

nio mais amplo das contradições a que a mulher se vê lançada no processo geral de mudança social com a conseqüente redefinição dos papéis pré-definidos no plano mais geral da sociedade. A mulher de classe média fica, praticamente, numa espécie de jogo de ser e não ser.

Neste gupo não aparecem, como padrão de respostas, depoimentos críticos de caráter mais geral a respeito da situação da dona-de-casa. É como se o lar ficasse inteiramente fora da sociedade. A própria submissão ao homem, no quadro da divisão sexual do trabalho, somente poderia ser inferida num nível muito elevado de abstração. Entretanto, essa submissão transparece no momento exato em que “dona-de-casa” denota necessariamente um papel exclusivo da mulher. Isso não significa que a mulher não esteja satisfeita com a situação de dona-de-casa, mas sim que sua insatisfação se revela nos aspectos, limitações e não valorização de atividades específicas que definem o papel de dona-de-casa. Note-se, entretanto, que a valorização do papel é precedida por sua definição, uma vez que esta varia enormemente de classe para classe. A rejeição do papel, por sua vez, não significa lutar para transformar a estrutura familiar de sorte a abolir a diferenciação social masculino/feminino. Na prática, a rejeição significaria, na melhor das hipóteses, não assumir o papel, transferindo-o para outra mulher, preferencialmente para a empregada doméstica. Como esta, no entanto, não substitui inteiramente a dona-de-casa, a mulher tende a responsabilizá-la pelas “agruras” da vida de uma mãe-de-família.

As palavras, expressões e orações que podem ser apontadas com conteúdos de definição negativa do papel de dona-de-casa, colhidas nas entrevistas, são do seguinte teor:

- “não tem valor algum”;
- “muito fechada, emburrecida”;
- “não realizada”;
- “sacrificadas, presas, sofredoras”;
- “muito limitada”;
- “situação precária para a individualidade da mulher”;
- “trabalhadora sem salário”;
- “serviço cansativo que nunca termina”;
- “tarefa muito difícil e sem valor” (7).

Como conteúdos que revelam aspectos positivos, em que pode pesar uma certa carga de ironia, pudemos encontrar:

- “heroína”;
- “secretária, administradora”;
- “babá e mulher”;;
- “situação importante para o lar e os filhos”;

— como não podia deixar de aparecer —
“esteio do lar”.

A mais pálida crítica aparece associada ao fato de que o papel de dona-de-casa tenderia em sua exclusividade a isolar a mulher “fora do mundo”: “burrinha quando é escreva do lar . . . muito dedicada também é burrinha, quase um robô, sem vontade própria . . . bitolada, acomodada, sem perspectiva . . . sem contato com o mundo exterior”.

* * *

Nas mulheres de classe média cuja idade varia entre 20 e 30 anos, é marcante a total ausência de valorização das atividades domésticas, aspecto presente nas de mais idade. Há grande desinteresse pelas atividades manuais rotineiras, em geral pensadas como alheias e elas, atribuindo-se alguma importância às atividades de administração do lar, o que faz pressupor que, para estas mulheres, a presença da empregada doméstica — de fato ou idealmente —, tende a modificar o próprio conteúdo do estereótipo idealizado da dona-de-casa. Mesmo assim, excluídas as atividades meramente manuais, a vida da dona-de-casa não perde suas características de rotina não gratificante. Vejamos:

“Acho que toda mulher casada é no fundo dona-de-casa . . . mesmo que ela trabalhe fora, ela tem que administrar o lar . . . não trabalhando fora tem que administrar do mesmo jeito”.

Contudo, a tarefa de administrar o lar, supondo-se inclusive o controle do trabalho da empregada doméstica, não é pensada como algo de grande importância, no que contrastam fortemente com as mulheres da burguesia, como se verá mais adiante. O aspecto limitador e roteiro do papel, quer se trate de atividades manuais ou não, é dos mais presentes na composição negativa do estereótipo:

“A dona-de-casa fica fechada — dentro do mundo dela, dentro da casa dela, o que não acrescenta nada a ela . . . aí chega o marido . . . e também ela não tem nada para acrescentar a ele, nem ele pra ela”. “É aquela rotina. Acaba, começa tudo de novo . . . no outro dia tudo de novo . . . não acaba”.

O núcleo da rejeição está naquilo que o trabalho doméstico reflete da impossibilidade de permitir à mulher uma realização pessoal. Diferentemente dos demais grupos, observou-se entre estas mulheres mais jovens da classe média um significativo desconforto que as limitações do orçamento doméstico imprimem à realização do papel de dona-de-casa, ou seja, uma “boa dona-de-casa” teria que contar com recursos financeiros:

“Não gosto, por exemplo, de cozinhar sem ter dinheiro para as compras . . . para cozinhar precisa ter dinheiro; é o problema da grana, sabe?”

“ . . . é um mundo fechado o dela (dona-de-casa), que é só aquilo; ir ao supermercado e faltar o dinheiro . . . o preço das coisa . . . ela sabe e não adianta reclamar”.

MULHERES DA BURGUESIA

Entre as mulheres mais velhas desta classe (idade entre 40 e 50 anos) há uma patente diferença na concepção do que seria uma dona-de-casa. Naquilo que existe como atividade manual rotineira, a atividade da dona-de-casa é cansativa, “chata”, desinteressante; mas isto não é fundamental. Pelo contrário, o que define e marca a importância do papel é o seu aspecto “intelectual” de gerência, administração, organização e controle de todas as atividades que se dão nos limites do lar. A partir daí, conferem grande importância ao papel. Se a mulher gosta de trabalhos manuais, como “cozinhar de vez em quando”, “. . . até costurar alguma coisa”, isto é posto como uma opção. Elas reconhecem — segundo esta concepção — a necessidade fundamental da presença da mulher como dona-de-casa, visando especialmente a socialização e educação dos filhos, uma vez que estas atividades são entendidas como *próprias* da mulher.

“Sem a mulher que manda, não funciona nada . . .” “. . . tem que olhar tudo, fiscalizar, até o marido . . .”

“Mulher tinha que estudar para tomar conta da casa, que nem o homem aprende os negócios”.

Ser dona-de-casa para este grupo significa, sobretudo, o exercício de responsabilidade e qualidade para controlar o dia-a-dia da vida doméstica, em que a presença de empregados para as tarefas manuais de rotina certamente está garantida, situação por certo equivalente à do próprio cônjuge quando se trata de trabalho não doméstico.

* * *

Se as mulheres mais velhas apresentaram satisfação e conformismo com uma atividade que valorizam, especialmente quando se trata de “gerenciar” a vida no lar, as mulheres mais jovens desta classe (20 a 30 anos de idade) não aceitam tão facilmente o papel.

Pouco afeitas a qualquer atividade que implique “ficar dentro de casa”, elas imprimem à dona-de-casa conotações estereotipadas fortemente negativas. Mesmo as atividades administrativas estão associadas a um tipo de mentalidade tida como retrógrada e antiquada . . . “coisa de nossas mães, coitadas!” Assumir o papel significaria:

“deixar de olhar para si e de entender outras coisas”;
o que implicaria ser:
“alienada”;
“consumista”;
“obsessiva com relação à casa, marido, filhos”;
“preconceituosa”;
“bitolada”;
“ocupar-se o tempo todo . . . as empregadas . . . um saco”;
“chatice: marido, crianças, escola”.

Como componente positivo, pudemos encontrar:

“dedicação aos filhos e à casa”;
“maiores trabalhadoras do país”;
“compensa pela realização pessoal”;
“se está sempre atualizada, não trabalha, mas contribui de alguma forma”.

De modo geral, pesa fortemente grande menosprezo por quase todas as atividades mesmo grande desinteresse por tudo que lhe é feito. A leitura das entrevistas deixa a impressão de que estas mulheres estariam sempre falando de problemas que não lhe dizem respeito, problemas que seriam “das outras”. Seu interesse maior está voltado para fora do lar, e o serviço doméstico — mesmo como assunto de conversa banal — é algo maçante, algo a ignorar, algo que — mesmo quando necessário — é visto como passageiro e circunstancial, que, alheio ao seu cotidiano mais importante, não chega a se constituir como objeto de reflexão privilegiado.

MULHERES DO PROLETARIADO

Se a mística da dona-de-casa entre as demais mulheres é, de certa maneira, calcada pela procura de uma dimensão intelectual, a partir da qual elas filtram as atividades e valores que fornecem os contornos estereotipados do papel, agora entre as mulheres de condição social inferior e de idade entre 40 e 50 anos, vamos encontrar um tipo de discurso muito mais rente ao trabalho doméstico como conjunto de atividades manuais que se valorizam simplesmente a partir da própria importância a estas atribuídas para o funcionamento da vida familiar. Na situação presente, as idealizações e conseqüentes frustrações encontradas em outros grupos cedem lugar a uma concepção tradicionalista — e realista — que praticamente leva à quase plena aceitação do papel, não estivesse ele em concorrência com outras atividades — remuneradas — às quais se atribui igual importância. Não se verifica rejeição do papel de dona-de-casa como conjunto de tarefas “alienantes”, “embrutecedoras” e “emburreecedoras”, mas sim naquilo que reflète a carga de sacrifício que qualquer tipo de trabalho — doméstico ou

não — implica, em se tratando de mulheres sem qualificação profissional, e para as quais o substitutivo do trabalho doméstico no próprio lar tende a ser o trabalho-doméstico em casa alheia.

O conteúdo de rejeição, no que tange às mulheres desta classe, não está centrado no aspecto da não realização pessoal em nível profissional, da insatisfação pelo fato de as atividades domésticas não serem valorizadas, reconhecidas familiar e socialmente — como era o caso das mulheres de classe média da mesma idade. Trata-se fundamentalmente de uma rejeição em virtude das atividades domésticas do próprio lar não oferecerem rendimentos que possam ser adicionados aos magros orçamentos domésticos.

Sua valorização se dá no nível da importância que elas próprias atribuem às atividades rotineiras e indisponíveis que executam como donas-de-casa: lavar, cozinhar, cuidar dos filhos, do marido. Aceitam, sem lamentações, a necessidade de seu trabalho.

“Tem que fazer essas coisas, porque tem que fazer”;

“Não fazer é que nem homem vagabundo; sem emprego”.

“Isso aí de dona-de-casa, meu filho, sou mais de uma. Na minha casa e na casa da patroa. Se eu pudesse só trabalhava em casa, mas pobre não escolhe... minhas filhas vão ter trabalho melhor, que eu quero, mas cuidar da casa elas vão ter que cuidar também, se não a casa fica sem cabeça... tem quem fala que a cabeça da casa é o homem porque ele que ganha dinheiro, mas é a mulher também. Sem trabalho de mulher, dinheiro é que nem nada, não rende... Casa tem trabalho da dona (mulher rica gosta é de trabalhar em escritório, essas coisas, né... [risos]) que senão fica tudo esquisito. Eu, se fosse homem, queria mulher em casa... As sem-vergonhas querem logo ganhar um dinheirinho pra pôr empregada em casa. Devia nascer tudo homem, queria ver... [risos]. Agora vou falar sério, o ruim mesmo desse trabalho é não poder ajudar o marido com dinheiro. Já pensou — tudo operária?”

* * *

Já para as mulheres do proletariado e baixo proletariado com idade entre 20 e 30 anos, a condição da dona-de-casa encontra uma patente aceitação legitimada, seja pela obrigatoriedade indiscutível de se assumir tal papel, seja pela total falta de opção, seja por estarem “satisfeitas” com o mundo que lhe é dado: a casa, o marido, os filhos. Esta obrigatoriedade vai encontrar um fatalismo não questionável, certamente determinado não somente pela condição de classe, como também pela etapa atual do ciclo

vital de suas famílias, uma vez que se trata de um grupo de mulheres jovens.

Mas esse fatalismo chega a ser muito mais angustiante do que o encontrável em qualquer outro grupo estudado. Comparadas às mulheres mais velhas de sua classe, estas vêm o trabalho doméstico sem qualquer mistificação, sem nenhuma importância social. Esse é o trabalho que lhes cabe fazer e do qual não podem escapar. Negá-lo seria negar a própria vida em família, seria negar a sua própria existência, a menos que pudessem trabalhar fora e ganhar dinheiro para ajudar o marido. De modo geral, aceitam sua condição de donas-de-casa sem nenhuma satisfação pessoal.

A falta de perspectiva — pelo menos nesta etapa da vida — confere a estas mulheres um conformismo, atrás do qual se sente presente um forte sentimento de inferioridade social que não sabem explicar. Para elas, ser dona-de-casa é praticamente o mesmo que ser mulher:

“cuidar bem dos filhos, do marido, da casa”;

“cuidar da casa, fazer comida, lavar roupa. Eu gosto. Acho que tem que sair, se divertir, mas cuidar da casa é legal, você cuida daquilo que é teu”;

Mas, se possível fosse:

“a mulher tinha que trabalhar fora, como o homem, não sei explicar, mas só dona-de-casa não dá...;

“... ficar só em casa é ruim, é ruim depender dos outros”;
“e tudo isso... e é um cargo pesado, muita responsabilidade, tem que cuidar da casa, dos filhos, cuidar do marido, tem que ter as coisas em ordem, tudo limpo na hora certa, quer dizer, então isso é uma responsabilidade que a gente tem...”

“e não é por vontade dela”.

III — CONCLUSÃO

Seria temerário, numa pesquisa exploratória como esta, estabelecer conclusões definitivas. Isto não impede, contudo, que alguns achados sejam postos.

Os resultados deixaram patente que a maneira como a mulher formula sua relação com o trabalho doméstico varia em conformidade com as condições sociais de existência da família. As diferenças não implicam apenas uma tomada de posição diante de um papel como um dado universal, mas, principalmente, uma elaboração diversificada do que seria este papel.

As mulheres mais velhas do proletariado e baixo proletariado, por exemplo, formulam a imagem da dona-de-casa a partir de um conjunto de

atividades cotidianas, rotineiras e manuais, e a aceitam. As mulheres mais velhas da burguesia também aceitam, mas sua formulação envolve aspectos muito mais de caráter intelectual que manual.

Entre as mulheres mais jovens, encontramos maior grau de resignação quando se trata de família proletária. Nas outras, a resignação dá lugar a forte descontentamento.

As mulheres de classe média, principalmente as mais velhas, primam pelo desconforto que ser dona-de-casa implica em termos de realização profissional, podendo mesmo ser situadas como o grupo típico das mulheres que vivem o máximo do conflito entre a realização pessoal e as "responsabilidades" da vida familiar.

Os resultados encontrados mostram, sobretudo, que as imagens de dona-de-casa que as mulheres elaboram através do discurso sobre a dona-de-casa em geral está fortemente associada com a sua condição de classe social. Ao se constituir, portanto, como "categoria social", a "dona-de-casa" perpassa por toda a estrutura de classe, retendo destas aquilo que é especificamente presente na vida cotidiana e que — representações à parte, porém não excluídas — está manifesto de imediato no trabalho fora de casa, via de regra o trabalho do marido. É possível encontrar nos dados muitos pontos de identificação entre as atividades atribuídas, ou não, à dona-de-casa e aquelas próprias ao trabalho fora do circuito do consumo doméstico, principalmente no que diz respeito à sua *forma* e muitas vezes ao seu *conteúdo*.

O trabalho rotineiro e manual da dona-de-casa proletária não se afasta nestes termos do trabalho do homem desta classe, da mesma maneira que as atividades de gerência e de mando da mulher no lar se aproxima daquelas pressupostas no trabalho do marido quando se trata de classes em que o trabalho assume a "forma intelectual". Vale dizer, nesta linha podemos encontrar traços significativos de *complementaridade* de papéis num mesmo nível de rotinização, em que o papel da mulher está proximamente definido, pelo menos em nível de representação, pelo trabalho do homem. É evidente que não estamos querendo aqui atribuir ao homem a condição de provedor único, uma vez que muitas das atividades remuneradas podem e de fato o são igualmente desempenhadas por ambos os sexos. O que é importante, entretanto, é que a própria idéia que a mulher formula a respeito do papel de dona-de-casa — um papel especialmente feminino na nossa sociedade — está referida a uma divisão social do trabalho externa à unidade familiar e que, no entanto, reproduz no interior da família a especificidade da classe em geral. E é nesse sentido que a representação do trabalho doméstico a partir da representação que compõe o estereótipo da dona-de-casa contém a negação simples, não dialética, do trabalho não doméstico, atuando aquele cotidiano, no plano não abstrato,

como componente que auxilia a exploração no mercado de trabalho. É neste momento que o papel de dona-de-casa, como categoria abstrata, reproduz ideologicamente a própria estrutura de classes que tende sempre a se mostrar aos atores sociais de forma linear e não antagônica.

Resta lembrar que as mulheres, ao formularem verbalmente um padrão de dona-de-casa, o fizeram sempre tomando como referência a *sua* experiência, experiência esta que reflete inequivocamente a sua condição de classe. Em nenhum momento, o papel de dona-de-casa, ao ser rejeitado, o foi a partir de uma perspectiva que leva em conta a mulher e que, portanto, pusesse em questão o conflito que este — enquanto se constitui como sendo naturalmente feminino — mantém com a integração sexualmente discriminada da mulher na sociedade de classes.

NOTAS

(1) — “A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referências através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva, e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família”. Cf. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti — *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 57.

(2) — Ver Elizabete Dória Bilac — *Famílias de trabalhadores: Estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978.

(3) — Ver Antonio Gramsci — “Americanismo e fordismo”. In: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

(4) — A respeito da Igreja Católica no Brasil e seu esforço no sentido de procurar uma adequação entre padrões femininos idealizados e aqueles requeridos por mudanças em curso no decorrer do período pós-1940, ver José Reginaldo Prandi — *Catolicismo e família: Transformação de uma ideologia*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975.

(5) — Ver Jessita Martins Rodrigues — *A mulher operária: Um estudo sobre tecelãs*. São Paulo, Hucitec, 1979. Em pesquisa realizada em Araraquara, SP, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (*Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978), constata que a remuneração e o “fato de não lhes agrada permanecer em casa o tempo todo” são fatores que impelem a mulher ao trabalho fora do lar. Segundo a Autora, a valorização do trabalho doméstico depende de vários fatores, inclusive da experiência de trabalho remunerado que a mulher já tinha tido anteriormente. Do total de mulheres perguntadas sobre a ocupação ideal, 43% preferiram prendas domésticas (Quadro LXXIX, p. 141). Na pesquisa de Jessita Martins Rodrigues, em que somente se incluem operárias de uma fábrica de São José dos Campos, SP, esta taxa foi de 37,7% (p. 145).

(6) — Ver Elizabete Dória Bilac — *op. cit.*, cap. 7.

(7) — A repetição de expressões não é, ao longo de todo o texto, registrada na forma de frequência, uma vez que não se pretendeu fazer trabalho estatístico.